

Fato vs. texto: como a “objetividade” oculta o caráter discursivo do jornalismo / *Fact vs. Text: How “Objectivity” Hides the Discursive Characteristic of Journalism*

*Mário Messagi Júnior**

RESUMO

O conceito de objetividade jornalística está lastreado na noção de “fato”, de que o jornalismo reporta o mundo exterior, como as ciências naturais. Ao longo da história do jornalismo, “fato” e “objetividade” têm sido conceitos centrais para a afirmação social e para a formulação de métodos profissionais. No entanto, o jornalismo não se debruça sobre fatos, exceto numa minúscula parte da sua atividade, mas sobre textos, sobre discursos. Não reporta o mundo; reporta fontes, reporta informações ou textos de outrem. É, assim, uma atividade fundamentalmente discursiva. Este artigo faz a crítica da noção de “fato” no jornalismo e mostra, com análise de textos do portal UOL, como o jornalismo é sobretudo linguagem sobre linguagem, e não linguagem sobre mundo. Assim, não se aplicam a ele conceitos oriundos do positivismo tradicional, da dicotomia sujeito/objeto. A perspectiva discursiva é muito mais pertinente.

PALAVRAS-CHAVE: Objetividade jornalística; Dialogia; Gêneros do discurso; História do jornalismo

ABSTRACT

The concept of journalistic objectivity is grounded on the notion of “fact,” that means that journalism describes the world out there, like the natural sciences. Throughout the history of journalism, “fact” and “objectivity” have been central concepts for social affirmation and the elaboration of professional procedures. However, journalism does not focus on facts, except for a tiny part of its activity, but on texts, on discourses. It does not report the world; reports sources, reports other people’s information or texts. It is, therefore, fundamentally a discursive activity. This article criticizes the notion of “fact” in journalism and shows by means of analyses of texts from the UOL portal, how journalism is mainly language about language, and not language about the world. Thus, concepts from traditional positivism, from the subject and object dichotomy, do not apply to it. The discursive perspective is much more pertinent.

KEYWORDS: *Journalistic Objectivity; Dialogism; Speech Genres; History of Journalism*

* Universidade Federal do Paraná – UFPR, Departamento de Comunicação Social, Curitiba, Paraná, Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-2140-9919>; mmessagi@gmail.com

1 Fato e objetividade

A noção de “fato” tem sido um dos pilares mais sólidos onde se assenta toda a discussão do fazer jornalístico. Sobre a hipótese de que há um dado objeto, fatos reais a se conhecer, e de que existem modos rigorosos de apreensão desses fatos, se edifica e se sustenta o conceito de objetividade jornalística. Sob uma certa perspectiva, o jornalismo pode ser visto como uma produção de um dado conhecimento sobre fatos reais do mundo.

Diversas concepções profissionais e teorias sobre o jornalismo, com implicações na forma como ele se vê e produz seus jornais, estão historicamente ligadas ao conceito de “fato”, da pressuposição da existência de um mundo que pode ser apreendido e que independe da existência dos sujeitos para existir, ou seja, de uma realidade objetiva. “Jornalistas no final do século XIX foram encorajados a assumir a existência de um mundo ‘lá fora’ que poderia ser apropriado ou conhecido, através do jornalismo, com precisão”¹ (McNAIR, 1994, p.27).

Essa pressuposição não se origina, na verdade, do próprio jornalismo, mas do trabalho epistemológico empreendido pelo racionalismo cartesiano (CHÂTELET, 1994). Por isso, não é mera coincidência a necessidade de estabelecer, como dado primeiro, que existe um mundo e que este mundo pode ser apreendido.

O debate sobre objetividade jornalística está, em geral, carregado de um positivismo vulgar e conservador do século passado (LÖWI, 1994) que ganha, nos manuais de redação, uma forte dose de simplificação. Esse positivismo já não encontra tantos defensores, mas serviu como ponto de partida para o desenvolvimento profícuo da epistemologia positivista ao longo dos séculos XIX e XX. Essa concepção deu impulso às pretensões de produção de um conhecimento totalizador pela ciência e, junto com a fotografia, que também reivindicava o poder de refletir a realidade, levou o jornalismo pelo mesmo caminho. Afirma McNair (1994, p.26):

Outra pedra fundamental da objetividade jornalística foi a aceitação, no final do século XIX, da epistemologia positivista e do realismo fotográfico, “que alegavam refletir o mundo sem referência à subjetividade e seletividade humanas”. O século XIX testemunhou um

¹ No original: “Journalists at the end of the nineteenth century were encouraged to assume the existence of a world ‘out there’ which could be appropriated, or known, through journalism, with accuracy”.

rápido progresso tecnológico, acompanhado no campo da filosofia pelas crenças no racionalismo, realismo, positivismo e empirismo. Essas filosofias da ciência enfatizavam a “primazia epistemológica do conhecimento científico” e a possibilidade de um universo objetivo, “cognoscível”. As ciências sociais, como a história, também adotaram essa visão do mundo, incentivando ainda mais “uma aceitação cultural geral de um mundo objetivo e reportável”².

O racionalismo, o empirismo e o positivismo movem-se, todos, como por um impulso totalizador. Estas propostas epistemológicas, válidas ou não, visavam, pelas vias do método, chegar às verdades últimas dos fatos do mundo e, por fim, ao diálogo interminável sobre a realidade das coisas. Ancorada neste projeto, a objetividade jornalística alcançou um nível de produtividade de conceitos sem precedentes, que acabaram por direcionar, num grau bastante significativo, as discussões e produções do jornalismo.

Kunczik (1997, p.227; grifo no original) aponta ainda outros elementos que, complementarmente, servem para explicar como surge e se sustenta a tese da imparcialidade:

A reportagem objetiva é entendida como desapassionada, sem preconceitos, imparcial, isenta de sentimentalismo e conforme a realidade. Dan Schiller (1979) cita três fatores que favorecem a evolução da norma de objetividade jornalística nos Estados Unidos:

1. A evolução da imprensa como ‘voz do povo’;
2. O predomínio das ideias de Francis Bacon (1561-1621), que atribui grande importância aos fatos;
3. O desenvolvimento da fotografia, acompanhado pela crença de que ela representa de maneira realista a “realidade”.

A fotografia sugere ser possível refletir a realidade sem ter, necessariamente, que passar pelo crivo do sujeito. Através da máquina, a realidade poderia ser reproduzida sem a interferência humana. Assim, a imagem fotográfica não só era a representação da

² No original: “Another foundation stone of journalistic objectivity was the acceptance, by the late nineteenth century, of positivism epistemology and photographic realism, ‘both of which claimed to reflect the world without reference to human subjectivity and selectivity’. The nineteenth century witnessed rapid technological progress, accompanied in the realm of philosophy by the beliefs in rationalism, realism, positivism, and empiricism. These philosophies of science stressed the ‘epistemological primacy of scientific knowledge’, and the possibility of an objective, ‘knowable’ universe. The social sciences, such as history, also adopted this view of the world, encouraging further ‘a general cultural acceptance of a reportable, objective world’”.

realidade, como estava isenta de subjetividade. Esta busca ilusória da representação sem filtros do mundo começa, no entanto, com a taquigrafia.

A taquigrafia foi a primeira dessa longa série de técnicas jornalísticas que, a princípio, parecem prometer ao leitor a recuperação completa de alguma aparente realidade. Um repórter taquigráfico plenamente competente parecia ter adquirido um poder quase sobrenatural, e a taquigrafia foi investida com o mesmo tipo de otimismo social que o microfone e a câmera de televisão em tempos posteriores. Ao apresentar ao leitor a *ipsissima verba* de um discurso, parecia a princípio que a reportagem era capaz de fornecer um verdadeiro espelho da realidade (SMITH, 1978, p.161)³.

A segunda metade do século XIX vê emergir o paradigma informativo, uma recusa da vinculação da imprensa a grupos políticos e uma subordinação dos jornais ao compromisso com os seus leitores, a ser a “voz do povo”, como explica Kunczik.

Nelson Traquina (2004) aponta dois fatores distintos para a emergência da objetividade e do paradigma informativo. O primeiro foi a ideia de separação de fatos e opiniões, de produção de textos que relatassem o que aconteceu, muito defendida pelas agências de notícias como Havas, francesa, Associated Press, estadunidense, e Reuters, inglesa. O texto informativo, oposto ao texto polêmico que reina na imprensa da fase anterior, emerge ainda em meados do século XIX. Para Traquina, no entanto, o conceito de objetividade em si se consolida apenas no século XX, entre 1920 e 1930, como uma reação do jornalismo ao desenvolvimento das Relações Públicas e a eficácia da Publicidade na primeira Grande Guerra. A objetividade seria não “a expressão final de uma convicção nos fatos mas a afirmação de um método concebido em função de um mundo no qual mesmo os fatos não eram merecedores de confiança” (TRAQUINA, 2004, p.148).

O nazismo fez um vasto uso do cinema e desenvolveu técnicas de propaganda distorcendo a realidade e valendo-se da aparente isenção da representação do mundo através da máquina para iludir as massas. Aquilo que parecia um sinal de que a técnica

³ No original: “Shorthand was the first of that long series of journalistic techniques which at first seem to promise the reader the complete recovery of some semblance of reality. A fully competent shorthand reporter seemed to have acquired an almost supernatural power, and shorthand was invested with the same kind of social optimism as the microphone and the television camera in later times. By presenting the reader with the *ipsissima verba* of a speech, it seemed at first that reporting was capable of providing a true mirror of reality”.

poderia reproduzir a realidade de forma isenta se tornou estratégia ilusionista com o regime nazista:

Na década de 1920, os jornalistas haviam aceitado que “não havia mais fatos, apenas constructos interpretativos individuais”, mas afirmavam que essas interpretações podiam ser e deveriam ser construídas de maneira metodologicamente objetiva, ou seja, usando regras profissionalmente acordadas que pudessem minimizar o impacto da subjetividade nas reportagens. Assim, argumenta Schudson, o surgimento da objetividade como ideal jornalístico veio ao mesmo tempo como uma perda mais profunda da fé nas ideias de racionalidade, verdade absoluta e progresso; refletindo a necessidade de reafirmar a possibilidade de uma verdade transcendente diante das técnicas de propaganda do século XX (McNAIR, 1994, p.27)⁴.

Há, portanto, dois movimentos relevantes na consolidação do conceito de objetividade: o primeiro, ainda no século XIX, é a consolidação da crença na capacidade de narrar o mundo de forma objetiva, sem viés, relatando apenas os “fatos”; o segundo, já em meados do século XX, é o reconhecimento de que os “fatos” são suspeitos e que é preciso consolidar métodos aceitos por toda a comunidade profissional. O jornalista não é mais a garantia da objetividade, mas os métodos jornalísticos. Para Traquina (2004), estes movimentos solidificaram o que o autor chama de teoria do espelho, fundada na suposta capacidade que o jornalismo tem de refletir a realidade, sem distorção. Essa teoria não chega a ser desenvolvida academicamente, mas é poderosa na cultura profissional.

Derivado dessa premissa, mas já baseado em estudos acadêmicos, surge o conceito de *gatekeeper*, em meados do século XX. “A noção de *gatekeeping* pressupõe a existência de algo chamado informação ou notícia neutra ou objetiva. O jornalista é considerado um agente neutramente distanciado para poder transmitir a informação com objetividade e ética profissional” (KUNCZIK, 1997, p.98). Aqui se revela, de forma clara, uma série de conceitos positivistas: a dicotomia entre sujeito cognoscente e objeto

⁴ No original: “By the 1920’s, then, journalists had come to accept that ‘there were no longer facts, only individually constructed interpretative’, but asserted that these interpretations could be, and should be constructed in a methodologically objective manner, i.e. using professionally agreed rules which could minimise the impact of subjectivity in reporting. Thus, argues Schudson, the emergence of objetivity as a journalistic ideal came at the same time as a deeper loss of faith in ideas of rationality, absolute truth, and progress; reflecting the need, as it were, to reassert possibility of a transcending truth in the face of twentieth-century propaganda techniques”.

cognoscível, a possível neutralidade do sujeito e sua autoridade, dada por critérios profissionais, para selecionar os dados mais relevantes da realidade.

2 Fato e método

Ao longo do processo de amadurecimento do conceito de objetividade, o propósito de narrar os fatos tais quais eles são levou o jornalismo à elaboração e valorização dos métodos jornalísticos. A eles, submetem-se todos os jornalistas profissionais. Tais métodos são, hoje, razoavelmente universalizados, o jornalismo é praticado em boa parte do mundo com base nos mesmos princípios e métodos (TRAQUINA, 2005). Esses métodos são fiadores da objetividade jornalística:

O conceito de “objetividade” tem como premissa a afirmação de que “as declarações de uma pessoa” sobre o mundo podem ser confiáveis se forem submetidas a regras estabelecidas consideradas legítimas por uma comunidade profissional. (...) A crença na objetividade é a fé nos *fatos*, a desconfiança dos *valores* (McNAIR, 1994, p.25; grifo meu)⁵.

Legitimados pela comunidade profissional, os métodos jornalísticos devem desempenhar o trabalho de separar juízos de fato de juízos de valor. À ciência e ao jornalismo objetivo interessam apenas os primeiros.

Os princípios fundamentais que o jornalismo desenvolveu para garantir a objetividade compõem os códigos de ética da profissão e são, em linhas gerais, dois: 1) onde há uma informação passível de checagem, ela deve ser checada, toda informação deve ser confiável; 2) onde há opiniões ou informações não passíveis de checagem, deve-se promover o amplo contraditório. Esses princípios se desdobram em diversos outros procedimentos (proteção de informação, sigilo de fonte, transparência etc.) e acabam em manuais de redação e estilo, padronizadores de procedimentos profissionais na perseguição dos fatos.

⁵ No original: “The concept of ‘objectivity’ is premised on the assertion that ‘a person’s statements’ about the world can be trusted if they are submitted to established rules deemed legitimate by a professional community. (...) The belief in objectivity is a faith in *facts*, a distrust of ‘values’”.

Na oitava edição de *Introdução ao jornalismo prático*, Walter La Roche oferece as seguintes normas para a “representação objetiva da realidade”:

1. todos os fatos devem ser corretos;
2. (...)
3. não acrescentar fatos ornamentais ou complementares (tendenciosidade injustificada) (KUNCZIK, 1997, p.231-232).

No Brasil, o *Manual de redação* do jornal *O Estado de S. Paulo*, considerado o mais completo sobre a imprensa escrita, assevera: “Faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas *fatos*, para que o leitor tire deles as próprias conclusões” (MARTINS, 1990, p.18; grifo meu). E ainda afirma a precedência dos “fatos” nos textos jornalísticos: “Lembre-se de que o jornal expõe diariamente suas opiniões nos editoriais dispensando comentários no material noticioso” (MARTINS, 1990, p.18).

3 Limites da crítica à objetividade

O conceito de objetividade, ao longo da história, nunca foi estático. As críticas ou o desenvolvimento de outras práticas comunicacionais laterais ao jornalismo sempre colocaram tal projeto em dúvida. Apesar disso, Anthony Smith (1978) assevera que a objetividade é ainda uma das mais importantes qualidades esperadas do jornalismo, ainda que varie e seja tratada algumas vezes como um objetivo glorioso, ou uma técnica ou um propósito externo ao qual o jornalismo serve. Diz ele:

Recentemente, a ideia de objetividade se tornou objeto de vários tipos de críticas, algumas delas agudas: foi acusada de ser intelectualmente impossível dentro das modalidades do jornalismo. Alternativamente, foi acusada de ser totalmente fraudulenta - um “ritual estratégico” usado simplesmente para defender o jornalismo contra sua multidão de críticos e inquisidores (SMITH, 1978, p.153)⁶.

No entanto, por mais que sejam contundentes, as críticas não conseguem, na sua maioria, escapar dos fundamentos sobre os quais se constrói o conceito de objetividade.

⁶ No original: “Recently, the idea of objectivity has become subject to various kinds of criticism, some of it severe: it has been accused of being intellectually impossible within the modalities of journalism. Alternatively it has been accused of being fraudulent altogether – a ‘strategic ritual’ used simply to defend journalism against its host of critics and inquisitors”.

Ainda sob a égide da noção de “fato”, os questionamentos perdem muito de sua potencialidade e não chegam ao cerne da questão.

Michael Kunczik, por exemplo, formula uma crítica pertinente, reconhecendo a importância do conceito de “fato”, mas sem conseguir escapar das suas armadilhas:

O conceito de “fato” representa um papel importante nas noções jornalísticas de objetividade. A crítica correspondente é que os meios de comunicação de massa têm difundido a imagem de um mundo colorido que parece formado por muitas partículas entrelaçadas. Mediante a seleção dos fatos, de acontecimentos segundo a sua atualidade e significação, o leitor-ouvinte-espectador pinta um quadro semelhante a um caleidoscópio de cores. Expõem-se os fatos sem maiores comentários ou análises que ajudariam o receptor a criar um quadro da “realidade” (KUNCZIK, 1997, p.232).

A mesma crítica pode ser formulada a qualquer forma de produção ou transmissão de conhecimento. Ao agir de forma disciplinar, separando disciplinas ou campos de saber do universo heteróclito que é a realidade, se produziria uma maior possibilidade de aprofundamento em cada fato passível de ser conhecido. Não ter uma dimensão holística, não perceber o mundo no todo implicaria não conseguir compreender aquilo que se conhece. A crítica ressoa, forte, contra os métodos disciplinares da ciência e até mesmo das escolas, mas ainda está calcada sobre a noção de “fato”. Ao jornalismo, uma boa recomendação, derivada da crítica, seria tratar os fatos estabelecendo entre eles nexos causais, sem apartar uns dos outros, vendo-os como um todo, tomando para si o dever de empreender esforços interdisciplinares e multidisciplinares.

Porém, ao sustentar como eixo da crítica a noção de fato, Kunczik mantém, como quimera ou projeto factível, o conceito de objetividade ainda intacto. O defeito do jornalismo, por este viés, não é se apegar a conceitos irreais ou a projetos inalcançáveis, mas não cumprir sua tarefa de forma satisfatória. O conceito sobra inteiro e mantém sua força.

Adelmo Genro Filho, em *O segredo da pirâmide*, empreende esforços semelhantes. Diz o autor: “A crítica da ‘ideologia da objetividade’ é feita por muitos autores. Porém, em geral, ela não vai ao fundo da questão, resumindo-se a aspectos sociológicos e psicológicos referentes à inevitabilidade da opinião” (GENRO FILHO, 1987, p.185). Teórico marxista, Genro Filho não escapa, entretanto, da mesma falácia.

Constrói a crítica ao conceito repousando sobre as mesmas noções. Ao mesmo tempo que nega, reafirma a objetividade:

Assim como cada disciplina científica constrói os fatos com os quais trabalha, a notícia é a unidade básica de informação do jornalismo. São os *fatos* jornalísticos, objeto das notícias, que constituem a menor unidade de significação. O jornalismo tem uma maneira própria de perceber e produzir “seus fatos”. Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas.

Isto quer dizer que há uma certa margem de arbítrio da subjetividade e da ideologia, embora limitada objetivamente. A objetividade oferece uma multidão infinita de aspectos, nuances, dimensões e combinações possíveis para serem selecionadas. (...)

O material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social desta objetividade, ou seja, na significação desta objetividade pelos sujeitos.

(...)

Os fatos jornalísticos são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha. Mas, para evitar o subjetivismo e o relativismo, é importante agregar que esta escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independentemente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo. A verdade, assim, é um processo de revelação e constituição desta substância (GENRO FILHO, 1987, p.186-188, grifo meu).

A crítica, demolidora no tom e consistência, incorre no mesmo erro que todas as outras. Nega a objetividade jornalística, mas reafirma sua relação com os “fatos”. Marxista, Genro Filho sente a necessidade de afirmar a materialidade com que trabalha o jornalismo, afirma que existe um mundo concreto que precisa ser conhecido. Ao produzir sua crítica por este viés, aproxima-se do que há de racionalista no marxismo, da sua aposta na possibilidade de se conhecer a verdade. Mantém-se uma fé inabalável na razão, que, apesar dos percalços, permitirá chegar ao conhecimento ideal do mundo.

Genro Filho corre o perigo de seu raciocínio conduzir à conclusão de que se podem produzir conhecimentos humanos como se fossem conhecimentos naturais. E, nisto, se aproxima perigosamente de um postulado positivista: a homogeneidade entre o objeto dos saberes naturais (ciências naturais) e dos saberes humanos (ciências humanas).

4 O texto é a matéria do jornalismo

A questão primordial é que o jornalismo não lida, a não ser em pequena medida, com fatos. A realidade com que trabalha o jornalismo e, com ele, todas as formas de produção de conhecimento humano é o texto, é a matéria significativa, nos termos de Mikhail Bakhtin (1992, p.329):

Se tomarmos o texto no sentido amplo de conjunto coerente de signos, então também as ciências da arte (a musicologia, a teoria e a história das artes plásticas) se relacionam com textos (produtos da arte). Pensamentos sobre pensamentos, uma emoção sobre a emoção, palavras sobre as palavras, textos sobre os textos. É nisto que reside a diferença fundamental entre nossas ciências (humanas) e as ciências naturais (que versam sobre a natureza), embora também aqui a separação não seja estanque. No campo das ciências humanas, o pensamento, enquanto pensamento, nasce no pensamento do outro que manifesta sua vontade, sua presença, sua expressão, seus signos, por trás dos quais estão as revelações divinas ou humanas (leis dos poderosos, mandamentos dos antepassados, ditados anônimos).

Esta é a crítica mais demolidora que se pode fazer ao conceito de objetividade jornalística e, também, ao projeto positivista totalizador de estudar seres humanos como se estudam fenômenos naturais. Ao deslocar a questão desta falsa noção de que o jornalismo trabalha com fatos, a objetividade não só fica contrariada; ela perde, tanto pior, qualquer razão para ser discutida. Pode-se falar, então, de ética jornalística para lidar com o material simbólico do qual se constitui ou da forma como constitui sua materialidade simbólica, dos procedimentos de atribuição de veracidade ao texto, mas não de métodos para a apreensão da realidade.

A primeira questão relevante, tanto para o jornalismo quanto para as ciências humanas, é a dissimilaridade entre os objetos dos saberes humanos e dos saberes naturais. As ciências naturais tratam de objetos mudos. Sobre eles, podemos especular qualquer coisa. As ciências humanas têm o humano como elemento central. E o ser humano não cala, a não ser provisoriamente: “O espírito (o próprio e o do outro) não pode ser dado enquanto objeto (objeto diretamente observável nas ciências naturais), mas somente na expressão que lhe dará o signo, na realização que lhe dará o texto - em se tratando de si mesmo ou do outro” (BAKHTIN, 1992, p.332). Ao afirmar qualquer coisa sobre um ser humano, corremos, evidentemente, o risco de sermos contrariados

pelo nosso “objeto” de conhecimento. Este “objeto” se constitui em signos, sua consciência se constitui em signos, ele se percebe humano ao tomar contato com signos e, observado, guarda as mesmas características que o seu observador. Portanto, não há uma relação sujeito/objeto, mas uma relação sujeito/sujeito, que só pode se dar em signos. Em outras palavras, o diálogo é a única forma de conhecer o ser humano, pois é no diálogo que o humano se manifesta e se constitui.

O que interessa, portanto, é estudar a vida dos signos como esfera privilegiada de manifestação humana:

Não interrogamos a natureza, e ela não nos responde. Interrogamos a nós mesmos, e nós, de certa maneira, organizamos nossa observação ou nossas experiências a fim de obtermos uma resposta. Quando estudamos o homem, buscamos e encontramos o signo em toda parte e devemos tentar compreender sua significação. O que nos interessa aqui são as formas concretas dos textos e as condições concretas da vida dos textos, sua interdependência e sua inter-relação (BAKHTIN, 1992, p.341).

Se o conhecimento humano se produz na relação entre sujeitos através de signos, trata-se, bem menos que conhecimento “científico”, de interpretação de textos. Mais que isso, o movimento de produção de conhecimento desenvolvido pelo observador é da mesma natureza que o processo de compreensão de um enunciado.

Tudo o que o jornalismo pode considerar “fatos” é, na verdade, apenas os condicionantes sócio-históricos e contextuais dos signos. Todo o seu trabalho está voltado para o texto, para as suas características nos processos de interação, onde a língua tem existência concreta. Uma concepção que separa “fato” de signo, mundo de linguagem, entendendo objetividade como a adequação da segunda ao primeiro, só pode estar ancorada na palavra unívoca, ao gosto de Ferdinand Saussure (1995). Quando se trata da palavra polissêmica e multiacentual, é impossível separar o signo da sua realização concreta. A linguística estuda somente a relação existente entre os elementos dentro do sistema da língua, e não a relação existente entre o enunciado e a realidade (BAKHTIN, 1992, p.346).

Se é possível falar em compromisso ético em ciências humanas, a consideração do humano nas suas especificidades deveria ser um dos pilares fundamentais. Sob o impulso totalizador, a busca quase inabalável das essências últimas, as verdades das

coisas, a ciência e o jornalismo têm desempenhado esforços a favor de um saber monológico. Nas ciências humanas, isso tem implicado uma reificação do ser humano, que, tratado como coisa, matéria sem linguagem, perde grande parte da sua especificidade. Apenas neste contexto é possível ostentar a tese de que há um conhecimento no final do túnel, a revelação completa.

O jornalismo, ao afirmar os “fatos” como sua matéria e a objetividade como sua meta e métrica, institui o monólogo, quer ser a única voz. A objetividade jornalística, do ponto de vista do texto, não é questão relevante. Mas sua postulação, não raras vezes, é um gesto intencional com objetivos precisos. E, infelizmente, apesar de todas as críticas a que o conceito está submetido, “a ‘suposição de objetividade’ permanece poderosa e prevalece entre os jornalistas” (McNAIR, 1994, p.31)⁷.

5 Linguagem por toda parte

Qualquer sujeito tem relações tanto materiais quanto simbólicas, mas tende, no entanto, a superestimar as primeiras em detrimento das segundas. Poucas coisas escapam da dimensão simbólica, o que não implica uma completa desconsideração pelo mundo das coisas reais e independentes dos signos (doravante, apenas mundo)⁸. O que não se pode deixar de considerar, no entanto, é que o ser humano desperta, se constitui e interage pela linguagem.

O jornalismo é uma das projeções da evolução técnica da sociedade que parece dizer respeito ao mundo real, valendo-se da linguagem apenas para se expressar. Talvez a naturalidade com que os signos existem seja a melhor explicação para uma longa tradição conceitual jornalística que relega à palavra um papel de mera coadjuvante. E, no entanto, o jornalismo é, junto com a literatura, uma das expressões mais bem-acabadas de atividade perpassada pelo horizonte simbólico em quase todos os seus aspectos. Mesmo quando lida com o que chamamos convencionalmente de “fatos”, sendo testemunha dos acontecimentos, o jornalista narra um objeto sobre o qual já se construíram muitos discursos. Ver e dizer “o assassino matou uma criança” significa, de alguma forma, dialogar com toda uma tradição humanista que considera tal ato bárbaro.

⁷ No original: “The ‘objectivity assumption’ remains powerful and prevalent amongst journalists”.

⁸ Alimentar-se, por exemplo, é uma necessidade material independente dos signos. No entanto, tal necessidade de geração de energia não distingue o ser humano da natureza.

Significa escandalizar pessoas que têm como valor (e os valores se encarnam em signos na consciência) a proteção à infância. Não há um mundo a ser nomeado pela primeira vez.

O jornal é, na sua materialidade sígnica, texto sobre texto, palavra sobre palavra, enunciado permeado de enunciados dos outros, signo sobre signo. Alimenta-se de signos e os produz. Sua interferência na realidade é, igualmente, semiótica. Sua constituição é dialógica em, pelo menos, dois sentidos. Primeiro, porque o jornalismo participa de um diálogo, produz enunciados que se somam à cadeia dialógica infindável de enunciados. Responde a demandas, que se manifestam simbolicamente, e gera novas necessidades de respostas. Seus efeitos podem ser o motivo para novas produções de enunciados. Por exemplo, ao divulgar o boato de que um banco está para sofrer intervenção, um jornal pode gerar uma corrida ao suposto banco para a efetuação de saques e encerramento de contas corrente. Este acontecimento, um ato-resposta ao enunciado produzido pelo jornalismo, pode servir como enunciado ao ganhar valor simbólico, gerando novas matérias (ou enunciados) no jornal. Nesse sentido, não há jornalismo não interventor, porque ninguém pode participar de um diálogo sem produzir respostas ou, pelo menos, uma atitude responsiva.

Segundo, a dialogia se manifesta em sua materialidade. O material simbólico produzido pelo jornalismo, apreendido em realizações reais de interação linguística, está permeado pela palavra do outro. Ao dizer “justiça”, ressoam todos os enunciados nos quais este termo foi usado e que atribuem a ele uma memória positiva ou negativa. A palavra pode, o que é mais provável, ter sido usada com diversas intenções, boas, más, negativas, justas, sinceras, cínicas, não importa. Assim, seu sentido e sua carga axiológica estão em disputa pelas diversas vozes que o perpassam. E pela voz do jornalista. No texto jornalístico, ressoa o caráter heteroglótico da língua, sua incrível capacidade de ser de todos e de ninguém, de poder ser apropriada, mas resistindo com maior ou menor intensidade.

Por tudo isso, o jornalismo é um fato de linguagem, o que vai muito além do reconhecimento de que ele se expressa de forma simbólica. Lida com enunciados, não com fatos, pois não é, como na vinheta do Repórter Esso⁹, “testemunha ocular da

⁹ Noticiário de rádio e televisão brasileiro que durou de 1941 a 1970.

história”. Ele tem relação com o mundo, mas sua dimensão linguística é muito maior do que pressupomos. Mais que isso, seu material mais fundamental é linguístico.

Um olhar sobre qualquer materialidade jornalística vai mostrar muito claramente a inexistência de fatos e a predominância da linguagem, numa concepção discursiva, não linguística. Ou seja, a linguagem como expressão da organização social, realizadora das relações humanas.

Vejamos uma página, escolhida aleatoriamente, do principal portal de notícias do Brasil, o *Universo online* (www.uol.com.br):

COMBATE À PANDEMIA NA CAPITAL

Covas diz que feriados são 'última cartada' para aumentar isolamento

São Paulo terá feriado amanhã e quinta, ponto facultativo sexta e avalia parar na 2ª

- Com 6 hospitais municipais lotados, SP avalia rodízio no feriado antecipado
- Doença estabilizada e falta de PM tiram lockdown do horizonte do estado de SP
- Países adotaram lockdown muito antes do colapso nos sistemas de saúde

UOL ENTREVISTA
Maierovitch diz não entender o que o Parlamento espera para um impeachment

DENÚNCIA DE MARINHO
Apurações e relatório derrubam versão dos Bolsonaros para negar vazamento na PF

SÃO GONÇALO (RJ)
João Pedro, 14 anos, é morto em operação; família crítica polícia

Vamos analisar as seis manchetes mais relevantes: a principal e suas três correlatas e as duas secundárias. A manchete principal (“Covas diz que feriados são ‘última cartada’ para aumentar isolamento”¹⁰) e a primeira secundária (“Maierovitch diz não entender o que o Parlamento espera para um impeachment”¹¹) são evidentemente discurso sobre discurso, algo muito comum no jornalismo. Reportar é, em geral, dizer algo que uma fonte disse. Muitas fontes são seres humanos, como nestes dois casos,

¹⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/19/covas-diz-que-antecipacao-de-feriados-e-ultima-cartada-por-isolamento.htm>. Acesso em 19 mai. 2020.

¹¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/19/maierovitch-nao-entendo-o-que-falta-para-o-parlamento-comecar-impeachment.htm>. Acesso em 19 mai. 2020.

mas podem ser também atores sociais públicos ou privados. Neste caso, são o prefeito de São Paulo, Bruno Covas, e o jurista Wálter Maierovitch. Não há, portanto, nenhum fato objetivo a ser relatado, exceto se se considerar que as entrevistas, material linguístico, são um fato. Considerar a atividade jornalística sob essa perspectiva seria empobrecedor, pois as entrevistas são relevantes por um conjunto de fatores discursivos, por serem concedidas por atores relevantes pelas posições sociais que ocupam, como autoridades pelo saber ou pelo poder político, pelas intenções de sentido dos jornalistas, comprimidos pelas intenções de sentido do jornal, pelo momento histórico do Brasil, enfrentando uma pandemia sob o governo Bolsonaro. Mesmo o respeito pela *ipsíssima verba*, a descrição do dito de forma absolutamente precisa, não caracteriza um tratamento “objetivo” do “fato”, visto que o mais importante não é reportar como foi dito, mas respeitar o universo de sentido de onde emergiu o discurso. Muitas vezes, jornalistas são acusados de não citar adequadamente o que foi dito e podem responder que as palavras são exatamente aquelas. Isso é evocar a objetividade falsamente para se defender falaciosamente de uma crítica. Mesmo citado de forma direta e fiel, um discurso pode expressar até o oposto do que foi dito. O respeito pela voz do outro é uma questão sobretudo ética, das regras fundamentais de respeito pela palavra alheia. É uma questão de alteridade, não de objetividade.

Duas outras matérias são construídas da mesma forma, ainda que não se centrem na fala em si das fontes, como as duas primeiras. São elas: “Com 6 hospitais municipais lotados, SP avalia rodízio em feriado antecipado”¹² e “Doença estabilizada e falta de PM tiram ‘lockdown’ do horizonte de SP por ora”¹³. Ambas são construídas com base em informações de fontes oficiais da prefeitura de São Paulo e do governo de São Paulo.

A primeira, em síntese, relata que seis hospitais municipais estão com todos os seus leitos de UTI ocupados, com base em informações do secretário municipal de Saúde, Edson Aparecido. A matéria referencia ainda mais três fontes: um boletim da Secretaria Municipal de Saúde, com informações mais precisas; o secretário estadual de Saúde, José Henrique Germann, com dados sobre compra de respiradores; e outros

¹² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/19/seis-hospitais-da-capital-estao-com-utis-lotadas-diz-secretario.htm>. Acesso em 20 mai. 2020.

¹³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/doenca-estabilizada-e-falta-de-pm-tiram-lockdown-do-horizonte-de-sp.shtml?origin=folha>. Acesso em 20 mai. 2020.

textos do próprio UOL, sobre ações para aumentar o isolamento social. Esta última fonte é rastreável, porque no site é prática comum “linkar” a matéria que dá origem a uma informação.

No fundo, há um dado objetivo: leitos ocupados, mas o jornalista em momento algum lidou com isso, mas com fontes de informação. Ou seja, não lidou com a adequação da descrição dos fatos do mundo, com algo que possa ser analisado pelo princípio da objetividade, mas com relatos, o que lhe impõe uma outra métrica, esta sim fundamental e cotidiana no jornalismo: a confiabilidade das fontes, seu acesso a informações e suas intenções ao divulgá-las.

A matéria sobre a possibilidade de *lockdown* é feita com base em informações do governo estadual de São Paulo e, mais uma vez, com informações de outros textos do UOL. Diferente da anterior, no entanto, não trata de algo objetivo, como ocupação de leitos, mas de probabilidades de tomadas de decisões no futuro por parte do governo estadual. Assume que, nesse caso, o próprio poder que decide sobre a pertinência e viabilidade do *lockdown* e a Polícia Militar do Estado são fontes confiáveis para tratar do tema. Mais claramente ainda, a questão diz respeito à relação com as fontes.

A terceira correlata da manchete principal (“Países adotaram ‘lockdown’ muito antes de colapso de seus sistemas de saúde”¹⁴) é um balanço sobre a situação em vários países e como combateram a pandemia do Coronavírus. No fundo, há dados objetivos mensuráveis: número de mortes, número de infectados, ocupação de leitos, testes feitos, etc., mas o jornalista fez isso a partir de relatos de governos ou de outros jornais, obviamente, tendo em vista que seria impossível produzir os dados ele mesmo ou sequer ser o primeiro a reportá-los. O balanço é o mais evidente dos seis casos de texto sobre texto, do que é conhecido como costurar textos no jornalismo: fazer uma síntese de diversas outras matérias. Atualmente, a prática pode ser vista como um tipo de curadoria de conteúdo, cada vez mais comum num ambiente de excesso de conteúdo.

A sexta matéria traz um título que sugere que há novidade na história: “Apurações no RJ e relatório federal derrubam versão dos Bolsonaro para negar

¹⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/paises-adotaram-lockdown-muito-antes-de-colapso-de-seus-sistemas-de-saude.shtml?origin=folha>. Acesso em 20 mai. 2020.

vazamento na PF”¹⁵. No entanto, o texto é de fato um apanhado de informações já sabidas, colididas numa matéria mais longa e argumentativa, que aponta os movimentos entre acusações e defesas. As fontes são uma entrevista publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, com Paulo Marinho, na edição do dia 17 de maio de 2020, matérias do próprio UOL, texto de redes sociais do senador Flávio Bolsonaro, relatório de investigação da Polícia Federal, entre outros não mencionados. Há, no caso, uma questão objetiva sobre a qual versa a matéria: a existência ou não de vazamento de investigações da Polícia Federal para o senador em 2018, mas não é este o objetivo do jornalismo, não é ele quem assegura ou não que houve vazamento, tampouco investiga crimes ou verifica transações bancárias que comprovariam a existência da “rachadinha”. O jornalismo reporta o que foi dito, relatado, escrito em relatórios, gravado em vídeo, postado no Twitter. Mais uma vez, o jornalista não se debruça sobre nada objetivo e fidelidade aos fatos não é algo que lhe faça sentido, exceto se textos, relatórios, *posts* sejam tomados como fatos.

Textos são textos e é possível ser fiel a eles, com certeza, sintetizando-os ou não, cotejando-os ou não. É possível estabelecer relações com as fontes, confiando nelas, desconfiando delas, analisando, assumindo um papel responsivo em relação aos enunciados de outrem, lidando com outros discursos a partir de uma perspectiva individual ancorada num conjunto de valores de um campo específico de produção de conhecimento: o jornalismo e sua ética. E é disso que se trata: jornalismo é discurso sobre discurso.

Conclusão: ética do discurso e objetividade como norte utópico

É comum ouvir na boca de jornalistas que eles devem ser objetivos. Manuais escrevem que textos devem ser objetivos. Professores ensinam sobre objetividade jornalística. Quando se trata, no entanto, de explicar como tal objetividade se aplica, jornalistas são vagos, manuais falam de relação com fontes, professores discutem a história como conceito. Não há o que dizer sobre como aplicá-lo no cotidiano do jornalismo. Geralmente, a “fidelidade canina aos fatos”, à “verdade factual”, como

¹⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/apuracoes-no-rj-e-relatorio-federal-derrubam-versao-dos-bolsonaros-para-negar-vazamento-na-pf.shtml?origin=folha>. Acesso em 20 mai. 2020.

defende o respeitado jornalista Mino Carta¹⁶, é um valor positivo do jornalismo, se tomado como intenção, como norte utópico. Como prática cotidiana, não é aplicável. Pode significar, portanto, não publicar informações imprecisas, checar dados, não adjetivar os textos, não construir ficções com base em partes da realidade, um conjunto de práticas que estão na esfera da volição, não da cognição. Ou seja, o jornalista deve ser honesto, não mistificar, não inventar enredos, não fabular o mundo, manter sua fidelidade às fontes, assim como sua desconfiança delas, para narrar de forma confiável, crível, razoável e equilibrada. De forma objetiva? Obviamente que não. O mundo objetivo não é seu objeto de observação. Jornalismo é muito mais uma questão ética do que epistemológica.

Essa discussão ética (que o jornalismo relega a segundo plano) foca nas formas como o jornalismo se relaciona e cita suas fontes. A característica principal do jornalismo é ter de trabalhar com uma pluralidade imensa de gêneros, enunciados e esferas de produção (BAKHTIN, 1992b). No jornalismo, o diálogo pode alcançar sua expressão máxima, como na literatura. O jornal, recheado de artigos de especialistas em economia, política, moda, psicologia, sexologia, esportes, educação, saúde, é o retrato deste diálogo. Matérias feitas com fontes múltiplas também são em si expressão do diálogo.

Os textos que circulam pelo jornal são enunciados oriundos de outras esferas de produção. Assim, um artigo escrito por um médico poderia ser considerado como pertencente a um gênero da esfera médica. Não é disso que se trata. Por mais que guarde características da esfera em que atua profissionalmente o redator do artigo, suas características têm que ser adaptadas à esfera que podemos chamar de jornal/jornalística. Nenhum médico ou qualquer outro especialista escreve tal qual produz suas interações linguísticas na sua própria esfera de produção. Ao ceder às características do jornal, o articulista se situa numa outra esfera, ainda que traga marcas dos enunciados produzidos no seu próprio meio profissional.

Nesta inserção de um locutor acostumado com outra esfera no jornal reside a característica mais acentuada do jornalismo: sua premência de dialogar com toda a

¹⁶ Disponível em: <https://observatoriodacomunicacao.org.br/clippings/os-sete-mandamentos-jornalismo-segundo-mino-carta-publicacao-nao-autorizada-pois-ele-admite-os-tres-primeiros/>. Acesso em 20 mai. 2020.

sociedade, incorporando-a aos seus próprios gêneros, alguns nascidos da relação de dois ou mais gêneros, mas todos pertencentes à mesma esfera de produção que é o jornal.

O texto noticioso, analisado neste artigo, é o mais característico do jornalismo. É ele que deve manter relações com um número mais amplo de esferas, gêneros e uma diversidade imensa de enunciados. O jornal será tanto mais dialógico quanto mais gêneros e seus respectivos enunciados conseguir incorporar. Um gênero do discurso chamado “texto noticioso” é o carro-chefe desta tarefa.

O texto noticioso surge e produz circunscrito, a um só tempo, por condicionantes materiais, relativos à sua esfera de produção, à relação com outros gêneros desta esfera ou de outras e a seu próprio passado discursivo. Ou seja, seu desenvolvimento dentro da história da língua, através de enunciados. As esferas de produção, gêneros do discurso e enunciados mantêm relação com a história da língua e, dentro dela, entre si. Nas palavras de Bakhtin (1992, p.285): “Os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são a correia de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua”.

Se a natureza do jornalismo é discursiva, se seu compromisso social é ético, não epistemológico, é possível então jogar no lixo da história o conceito de objetividade jornalística? Obviamente, não. Se objetividade é um conceito falso, seu papel na história do jornalismo está longe de ser irrelevante.

Declama Eduardo Galeano (1994)¹⁷, citando Fernando Birri: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar.” Ao longo de cerca de 150 anos de profissionalização do jornalismo (TRAQUINA, 2005), a perseguição da objetividade tem sido o horizonte. E o horizonte não pode ser alcançado, mas caminhamos muito. À desconfiança dos fatos, respondemos com métodos profissionais. E o que são eles? Obrigação de checagem, promoção do amplo contraditório. O segundo é um valor oriundo do liberalismo, da incorporação do mercado de ideias pelo jornalismo. O primeiro, no entanto, não se trata da checagem dos fatos, mas da checagem das fontes, do estabelecimento de regras para lidar com quem provê informações. Fontes são mais ou menos confiáveis. O *Manual da Folha de S. Paulo* (1987), por exemplo, adota dois

¹⁷ Cf. <https://www.revistaprosaveroarte.com/para-que-serve-a-utopia-eduardo-galeano/>

critérios para julgar a confiabilidade das fontes: 1) acesso à informação; 2) interesse direto na publicação das informações. A melhor fonte é aquela que tem acesso à informação, mas não tem nenhuma vantagem com a sua divulgação, como um funcionário público fazendo denúncia sobre algo da sua esfera de atuação. A pior, aquela que não tem acesso à informação, mas tem interesse na sua divulgação, como um político denunciando seu adversário sobre algo que ele não teria como saber.

Poderia dizer, em outros termos, que a confiabilidade de alguém varia conforme sua posição social, que o discurso é mais ou menos confiável pelas condições discursivas onde é produzido. Por isso, jornalistas valorizam tanto “informantes” ou *whistle blowers* e o sigilo de fonte é tão valioso para o jornalismo. Aqueles que são mais confiáveis para oferecer informações são também, em geral, os mais frágeis para resistir às pressões e precisam ser protegidos.

Ao longo do tempo, perseguindo a objetividade, o jornalismo gerou regras para assegurar que publica conteúdo confiável, seja acreditar no governo quando diz o que ele mesmo vai fazer, seja acreditar mais em quem tem menos a ganhar com o que conta. Nada disso tem relação alguma com objetividade, mas foi e é feito em seu nome.

Reconhecer o valor histórico e utópico do conceito de “fato” e da objetividade jornalística não significa, no entanto, mistificá-lo. O papel social do jornalismo está resguardado. Já podemos pensar sem medo.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução (do francês) Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. Prefácio Roman Jakobson. Apresentação Marina Yaguello. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAKHTIN, M. O problema do texto. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992b.

CHÂTELET, F. *Uma história da razão*. Tradução de Lucy Magalhães. Revisão técnica Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997 [1994].

FOLHA DE S. PAULO. *Manual geral da redação*. 2. ed. São Paulo, 1987.

GALEANO, E. *Las palabras andantes?* Buenos Aires: Siglo XXI, 1994.

GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Poá: Tchê!, 1987.

KUNCZIK, M. *Conceitos de jornalismo: norte e sul*. Tradução de Rafael Varella Jr. São Paulo: Edusp, 1997 [1988].

LÖWI, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS, E. (org.). *Manual de redação e estilo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.

McNAIR, B. *News and Journalism in the UK*. London and New York: Routledge, 1994.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio da edição brasileira Isaac Nicolau Salum; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: CuItrix, 1995.

SMITH, A. The Long Road to Objectivity and Back Again: the Kinds of Truth We Get in Journalism. In: BOYLE, G.; CURRAN, J.; WINGATE, P. (ed.) *Newspaper History: From the Seventeenth Century to the Present Day*. London: Canstable, 1978.

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo, vol. 1: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo, vol. 2: a tribo jornalística—uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

Recebido em 22/06/2020

Aprovado em 03/08/2021